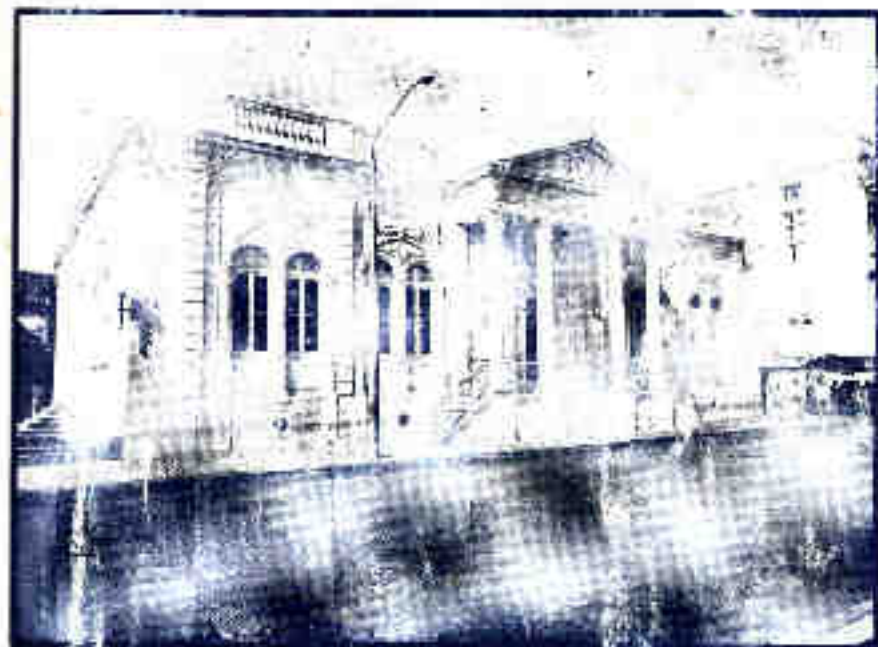


HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

Número 2 - 1996



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

HISTÓRIA EM REVISTA

Núcleo de Documentação Histórica

UFPel
Editora Universitária

Pelotas - Número 2 - 1996

Class:	<i>Revista</i>
Registro:	<i>585</i>
Data:	<i>24/03/97</i>
Doação:	<i>Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel</i>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

COPYRIGHT © Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Reitor:

Prof. Antonio Cesar Gonçalves
Borges

Vice-Reitor:

Prof. Daniel Souza Soares
Rassier

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-
Graduação:**

Prof. Alci Frimar Loeck

**Pró-Reitor de Extensão e
Cultura:**

Prof. Francisco Elifalete
Xavier

Pró-Reitora Administrativa:

Prof. Ingeleire Scheunemann
de Souza

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Paulo Roberto Soares de
Pinho

**Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento:**

Bel. Antonio Leonel da Silva
Cunha

EDITORA UNIVERSITÁRIA

Diretor:

Jorn.Fernando de Oliveira Vieira

Gerente Operacional:

Bel. Manuel Antonio da Silva
Tavares

Planejamento Editorial:

José Hermínio Barbachã

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS**

Diretor:

Prof. Sidney Gonçalves Vieira -

Vice-Diretor:

Prof. Sebastião Peres

**Núcleo de Documentação
Histórica da UFPel**

Coordenação Administrativa:

Profª Cláudia Mauch

**Coordenadores de Linhas de
Pesquisas:**

**Quotidiano de Pelotas (e
Região Sul):**

Profª Fábio Vergara Cerqueira

Movimentos Populares:

Profª Beatriz Ana Loner

Antropologia:

Profª Flávia Maria Silva Rietz

Imigração e Gênero:

Profª Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Profª Lorena Almeida Gill

Profª Maria Letícia Mazzucchi
Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

**Digitação, Composição e
Diagramação:**

Mara Lúcia Vasconcelos da
Costa

Ficha Catalográfica: Vera Ruth Machado Campelo

História em Revista. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas: Núcleo
de Documentação Histórica/UFPel, n° 2, 1996, Semestral.

1. Ciências Humanas - Periódico. 2. História - Periódico.

CDD 905

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
II FORUM DE TEORIAS DA HISTÓRIA	
1. A SEXUALIDADE NO BRASIL COLONIAL	09
Luiz Mott	
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTATUTO DO TEXTO HISTÓRICO	29
Terriosteles Cezar	
3. O DIÁLOGO TENSO ENTRE PAUL VEYNE E MAX WEBER	47
Adhemar Lourenço da Silva Jr.	
PESQUISAS DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel	
1. O ASSENTAMENTO DA PALMA: a individualização do coletivo	65
Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Paulo Mattos, César Reis Gomes, Rodrigo Dias	
2. OS JUDEUS EM PELOTAS	85
Lorena Almeida Gill, Jairo Luis Fleck Falção	
HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA	
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES	97
Álvaro Moreira Hypolito	
2. O PODER ATRIBUÍDO À MÚSICA NO IMAGINÁRIO GREGO: SUAS MANIFESTAÇÕES E SUAS FUNDA- MENTAÇÕES CULTURAIS	107
Fábio Vergara Cerqueira	

3. FOTOGRAFIA E DOCUMENTO: DUPLICIDADE INALIENÁVEL.....	137
Francisca Michelin	
4. A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PELotas.....	149
Gunter Axt	
5. NO LIMITE DA VIDA? NOTAS SOBRE VELHICE E MORTE.....	175
Maria Leticia Mazziuchi Ferreira	
6. O ENSINO DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E METODOLOGIA.....	189
Paulo André Passos de Mattos	
7. O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO QUILOMBO DE PALMARES.....	201
Pedro Paulo A. Funari	
ENTREVISTA COM OTÁVIO BRANDÃO	209
RESENHAS	
1. Resenha do Livro de GENRO, Tarso. "Utopia possível".....	254
Delamar José Volpato Dutra	
2. Resenha do Livro de Priore, Mary Del. "Festas e Utopias no Brasil Colonial".....	261
Edgar Rodrigues Barbosa Neto	

APRESENTAÇÃO



O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL foi criado em março de 1990 tendo como propostas iniciais resgatar e conservar documentos relativos à própria instituição, bem como desenvolver acervo que tivesse como temática organizadora, o movimento operário na cidade de Pelotas. Passados seis anos de sua fundação, o Núcleo ampliou sua abrangência para outras linhas de investigação, contando atualmente com cinco pesquisadores vinculados ao Departamento de História e Antropologia, dois técnico-administrativos e alunos bolsistas, cujas pesquisas tematizam sobre o cotidiano, movimentos sociais, imigração e gênero.

A trajetória que vem trilhando o Núcleo de Documentação nessa sua recente existência mostra sua disposição em abrir-se aos mais variados objetos de investigação, às mais diferentes formas de abordagem do real, concebendo em seu interior profissionais de áreas diversas como historiadores e antropólogos num diálogo extremamente profícuo e contemporâneo que adquire visibilidade na revista que ora trazemos ao público.

O DIÁLOGO TENSO ENTRE PAUL VEYNE
E MAX WEBER



Adhemar Lourenço da Silva Jr.
(Mestre em História - UFRGS)

Basta passar os olhos pelo *Como se escreve a história* para perceber, aqui e ali, um diálogo entre Paul Veyne e Max Weber.¹ Defino as freqüentes remissões do primeiro ao segundo como um "diálogo", porque outros termos seriam demasiado impróprios. "Polêmica" nos faria supor a contemporaneidade dos autores, um respondendo ao outro para aquiescer ou discordar, mas os cinquenta anos que separam a morte de Weber do livro de Veyne impedem empiricamente esse diálogo. De outra forma, o uso do termo "debate" - com o qual diríamos que Veyne "Debate" idéias de Weber - dar-nos-ia a falsa impressão de que esse seria o objetivo do *Como se escreve a história*, quando, na verdade, as remissões do primeiro ao segundo são pontuais, importantes em apenas alguns momentos de sua argumentação zigzagueante.

¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, [1987].
Agradeço aos professores Dr. René E. Gertz e Ms. Temístocles Américo Correa Cezar pelos comentários e sugestões a uma versão preliminar do presente texto que, na medida do possível, busquei incorporar, bem como às discussões que tive com o prof. Dr. Astor Antônio Diehl, sem, no entanto, responsabilizá-los por qualquer equívoco que possa existir nesta exposição.

Ambos os termos, no entanto, explicitariam o caráter tenso das remissões melhor do que faz o termo "diálogo", que suporia uma taxa elevada de concordâncias entre um e outro. Na verdade as remissões de Veyne a Weber deonem de uma leitura particular do segundo pelo primeiro: algumas posições atribuídas a Weber são posições do historiador alemão Eduard Meyer comentadas por Weber.² Essa leitura de Veyne estaria ancorada principalmente em uma compilação francesa, organizada por Julien Freund, da *Metodologia das ciências sociais*, sendo este último livro já uma compilação.³ Weber não "fala" livremente ao longo do texto de Veyne, só "fala" quando lhe é dada a permissão. Dessa forma, Veyne trata Weber como se fosse, conforme a metáfora de Jürgen Kocka, a "pedreira" de onde cada um retiraria as pedras necessárias para a construção de seu próprio edifício conceitual.⁴

Centrar a análise nas tensões existentes nas remissões, apontando distâncias e proximidades entre os dois autores, poderia ser o objetivo daqueles que pensam ser necessário constituir algum tipo de "weberianismo ortodoxo", orientando sua atenção para a inclusão ou exclusão do historiador francês desse "grupo". Mas há dúvidas se o

² É o caso do Império Irroço e dos costumes de Quiluctua IV, citados por Veyne (*op. cit.*, p. 63 e 88).

³ Compilação póstuma, organizada por Marianne Weber, cf. Prefácio de Johannes Winckelmann a WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das Ciências da Cultura. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. IX X.

⁴ KOCKA, Jürgen. Kontroversen über Max Weber. *Neue Politisch Literatur*. XXI (1976)3, p. 281-301. Citado por GERTZ, René E. Algumas discussões contemporâneas sugeridas pela obra de Max Weber. *Veritas*, Porto Alegre, vol. 34, n. 134, jun. 1989, p. 219.

próprio Weber seria membro desse grupo de "weberianos ortodoxos", pois em sua obra, como observa um comentar, vários "corres epistemológicos" poderiam ser verificados, autorizando um sem-número de leituras.⁵ Pelo mesmo motivo, faz pouco sentido verificar se Veyne leu "corretamente" a obra de Weber, seja porque ambos autores escreveram bem mais do que obras metodológicas, seja porque, como observou Weber, uma obra de metodologia da história escrita por historiadores não só não transforma ninguém que a tenha lido em um bom historiador como tampouco será necessariamente uma interpretação isenta de erros sobre as regras - em si corretas - que orientam o trabalho de pesquisa histórica.⁶ Nesse sentido, valeria mais estudar consonâncias nas pesquisas de Weber e de Veyne - sobre a Roma da Antigüidade, por exemplo - do que estudá-las em textos de metodologia da história.

Falar das remissões de Veyne a Weber como um "diálogo" significará, portanto, por um lado, uma postura compreensiva em busca do Weber que foi lido por Veyne, mas também, por outro lado, atender ao objetivo de todas as pesquisas interpretativas: "levar um autor a dizer aquilo que explicitamente não dissera, mas que não deixaria de dizer se alguém lho perguntasse".⁷ Quero, portanto, forçar Weber a comentar o livro de Veyne. Isso implica, no presente texto,

⁵ *Ibidem*, p. 220.

⁶ WEBER, *op. cit.* p. 157.

O texto em questão está em "A polémica com Eduard Meyer" (1906). Nesta e em outras notas, reformulei o nome do texto compilado, paralelo à referência bibliográfica, de forma a permitir a consulta em outras edições do mesmo texto.

⁷ ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 111.

confrontar algumas posições de Veyne com Weber, não só aquelas onde há remissões explícitas, mas também aquelas onde não existem tais remissões, ou pelo menos, elas estariam implícitas. Isso quer dizer comparar os dois autores, um meio, aliás, advogado como legítimo na pesquisa histórica por ambos.

Como já adverti acima, não pretendo atestar se Veyne poderia ou não ser incluído entre os weberianos - muito embora, em obra posterior, o francês tenha quase feito esse tipo de declaração⁸ -, mas demonstrar algo bem mais simples: ao se aceitar **algumas** proposições de Veyne, não é necessário aceitar **todas** para que se mantenha algum tipo de coerência interna. O corolário dessa demonstração seria o de que não é necessário rejeitar **todas** as proposições de Veyne para que se mantenha incólume a pretensão de cientificidade da história. Os limites do presente texto não me permitem proceder a uma análise exaustiva do diálogo e das concepções de ambos os autores. Desse modo, centrou-me nas proposições de dois livros de Veyne⁹ e dois de Weber¹⁰, para delinear a presente análise comparada. Os limites de meu interesse, no entanto, fazem com que me restrinja às implicações que ambos os autores retiram de suas concepções "decisionistas" -

⁸ Por meio da referência a Raymond Aron, um dos divulgadores do pensamento weberiano na França: 'Par tous, este seu servo, évido por se apresentar a vobos sob um lado melhor, se apoiará no que se pode chamar o segundo momento da filosofia aroniana da História' VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças. História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 6. (Primeiros Vãos); 16).

⁹ *Como se escreve a história* (op. cit.) e *O inventário das diferenças* (op. cit.).

¹⁰ *Metodologia das Ciências Sociais* (op. cit.) e *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992.

como as definem os comentadores de Weber - ou ainda "nominalistas" - como define o próprio Veyne.¹¹

Seria antes necessário um esclarecimento topológico capaz de nos situar melhor sobre o que tratam os dois autores. Weber não se pensava como um teórico da história e, em verdade, são poucos os textos que ele dedica especificamente às disciplinas históricas, preferindo, não mais das vezes, falar das "ciências da cultura/do espírito" (*Geisteswissenschaften*), o que normalmente é traduzido como "Ciências Humanas". Um de seus textos especificamente dedicados à discussão sobre a história mereceu uma introdução onde o autor esclarece o valor que deveria ser atribuído à reflexão teórica, chegando a quase comparar esse procedimento a um "diletantismo enfeitado de filosofia":

"Apenas delimitando e resolvendo problemas concretos é que se fundaram as ciências, e só destarte desenvolveram o seu método. Reflexões puramente epistemológicas e metodológicas, pelo contrário, nunca contribuíram para o seu desenvolvimento decisivo."¹²

¹¹ VEYNE, *Como se escreve a história*, op. cit. p. 54 e ss.

Vale observar que comentadores de Weber também se referem ao seu "nominalismo", expresso na recusa em admitir outras referências que não individuais para quaisquer conceitos" (COHN, Gabriel. *Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 127); ou ainda ao "caráter nominalístico (...) do tipo ideal em Weber" (KOCKA, Jürgen. Objeto, conceito interesse. In: GERTZ, René E. (org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 68).

¹² WEBER, *Metodologia*, p. 157. ('A polémica com Eduard Meyer' - 1906).

Veyne também não nos fala como um teórico da história, mas como um praticante do ofício. O *Como se escreve a história* inicia com uma crítica às concepções que advogam um dever-ser da disciplina, concepções essas que Não se adequariam ao que realmente fazem os historiadores.¹³ Também para ele os limites entre história e sociologia (que poderíamos aproximar a uma das "ciências da cultura" de Weber) ou seriam inexistentes¹⁴ - e nesse momento ele invoca Weber como o autor da "obra histórica mais exemplar do nosso século"¹⁵ - ou, em uma posição posterior e mais matizada, haveria tão somente uma diferença de perspectiva entre história e sociologia no tratamento das individualidades. Embora a posição anterior de Veyne invoque Weber como exemplo, a posição posterior é a que mais se aproximaria das concepções do pensador alemão. Para Veyne, a sociologia, ao tratar de uma individualidade, o faz como um meio para elucidar, fornecer exemplos para uma teoria mais abrangente, e não seria, para tanto, necessário recorrer a muitos exemplos.¹⁶ Também Weber observa que os objetos da história e da sociologia seriam os mesmos, mas confere a essa última a função - nem melhor, nem pior, apenas diferente - de produzir conceitos que devem, em favor da univocidade do tipo ideal,

¹³ "Não, semelhante história não é a que fazem os historiadores; quando muito é a que eles acreditam fazer ou a que os persuadiram de que deviam lançar não fazer." VEYNE, *Como se escreve a história*, op. cit. p. 9.

¹⁴ *Ibidem*, p. 296-321.

¹⁵ *Ibidem*, p. 319.

¹⁶ *Idem*, *O inventário das diferenças*, op. cit. p. 47-48.

ser "relativamente *vactos* frente a la realidad concreta de lo histórico".¹⁷

Tais semelhanças não podem, no entanto, obliterar uma diferença importante entre os dois autores: Weber tem uma característica moderna, tal como enumerado por Jörn Rüssen, a saber, a crença na existência da história, ou seja, um conceito totalizante (ou um conjunto temporal) que abrange passado, presente e futuro.¹⁸ A crítica pós-moderna, segundo o mesmo Jörn Rüssen, teria como um dos alvos principais essa entidade chamada "a história". Se esse é um critério eficiente para a distinção entre história moderna e pós-moderna, seria inevitável aproximar Paul Veyne da segunda concepção, que advoga a inexistência de uma História: somente as "histórias de..." existiriam.¹⁹ Na verdade, essa é uma decorrência lógica de sua proposição de que a história não tem método, isto é, não é possível fazer a distinção entre um "trabalho de história" e uma "história de alguma coisa".²⁰

Essa divergência entre os dois autores residiria nas diferentes implicações retiradas da semelhante posição decisionista de ambos. Nenhum dos dois autores pensa na existência de uma espécie de "fato

¹⁷ WEBER, *Economía y sociedad*, op. cit. p. 16 e ss.

¹⁸ RÜSSEN, Jörn. La historia, entre modernidad y postmodernidad. In: ANDRES-GALLEGO, José (dir.). *New history, Nouvelle histoire: hacia una nueva historia*, Actas, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1993. p. 125.

¹⁹ VEYNE, *Como se escreve a história*, op. cit. p. 25 e ss (mais explicitamente p. 36).

²⁰ Distinção proposta por HARZUN, Jacques. The Muse and her doctors. *American Historical Review*, Vol. 77, n. 1, feb. 1972. p. 42.

intrinsecamente histórico" por oposição a outro que não o seja. Para Paul Veyne, o que definiria o fato como histórico não é sua existência empírica, mas o interesse e a curiosidade do historiador. Não existiria, portanto, qualquer espécie de objeto natural da história. É o historiador que recorta o campo acontecimental por meio de critérios subjetivos²¹ de forma que qualquer interesse seria legítimo.²²

A Posição de Weber é semelhante, seja porque Não existiriam **objetos** a pedir este ou aquele tipo de análise - mas **analistas** "que num ato de decisão autônoma determinada por valores não questionáveis no âmbito da ciência escolhe[m] livremente o que deseja[m] verificar" -, seja porque o alemão considera a história como um "imenso caudal caótico"²³. O recorte subjetivo do campo acontecimental - para utilizar a expressão de Veyne - seria, em Weber, motivado pela "paixão" e pela "inspiração": tais ações não puramente racionais seriam o pré-requisito indispensável de todo cientista, cuja atividade seria enfaltonha se estivesse restrita somente ao aspecto técnico da pesquisa.²⁴ Com suas concepções, nem Weber nem Veyne deixam de advogar o rigor da

²¹ VEYNE. *Como se escreve a história*, op. cit. p. 29-32.

²² *Ibidem*, p. 46-48.

²³ GERTZ, op. cit. p. 220 e 222.

Há diferentes traduções para essa última expressão, existente em "A 'objetividade' do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política" (1904). Augustin Wernet (WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit. p. 148) traduziu-o como "caos dos fatos (que incluímos no âmbito do nosso interesse)". A tradução de Gabriel Cohn (Weber, 4. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 120) é semelhante à de Wernet, grifando, no entanto, a palavra "interesse".

²⁴ WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit. p. 436. ("A Ciência como vocação" - 1919).

atividade científica. Weber, ao falar dessa maneira da "vocação" do cientista, não está excluindo a racionalidade da pesquisa, inclusive porque o termo *Beruf* designaria não só a "vocação" (o "chamado" - raiz *rufen*), mas também a "profissão", que exige a "objetividade". Veyne, embora não se expresse nos termos de uma racionalidade ou de uma cientificidade da história, é claro quando adverte que os diferentes interesses que constituem o passo inicial de uma pesquisa não mudam "o passado":

... os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, mas, no interior do assunto escolhido, os fatos são o que são e ninguém poderá mudar nada.²⁵

Ambos os autores retiram do *interesse* que motiva a pesquisa a constatação de que, a cada nova perspectiva de análise, novos "fatos" são criados, mesmo que as fontes não mudem. É isso ocorreria em ambos os autores, porque, para usar os termos de Veyne, os "fatos" só existem em "intrigas" determinadas e dessas "intrigas" (e Weber, ao invés de "intrigas", fala em "pontos de vista") os "fatos" retirariam sua essencialidade.²⁶

Se os dois autores parecem tão semelhantes em suas concepções decisionistas, onde residiriam as diferenças? Conforme já disse, residiriam nas diferentes implicações do decisionismo. Para

²⁵ VEYNE. *Como se escreve a história*, op. cit. p. 44.

²⁶ *Ibidem*, p. 54. WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit. p. 189. ("A polémica com Eduard Meyer" - 1906).

ambos, qualquer objeto é válido, mas enquanto Paul Veyne assevera que todos são igualmente válidos, para Weber haveria diferentes fundamentos para o estudo deste ou daquele aspecto da realidade: haveria o fundamento real e o fundamento cognoscitivo.²⁷ Para Veyne, o estudo dos Iroqueses (conforme o exemplo tomado de K. Breysig por Weber) seria tão legítimo dentro da história quanto qualquer outro. Já Weber diz que o estudo desse Império pode ser importante para a construção nomotética na história, mas não há nenhuma relação causal ali que interesse à história como objeto:

Para a formação das relações políticas e culturais dos Estados Unidos de hoje, foi "indiferente" a maneira como esses outros Estados se formaram e até a sua própria existência...²⁸

Isso não significa que não se deva, segundo Weber, estudar os Iroqueses, mas que seu estudo é mais propriamente "sociológico" que "histórico". Enquanto o interesse sociológico estaria alicerçado na construção de tipos - e, portanto, na causalidade típica, vale dizer, fruto de conexões de sentido (reais) -, o interesse histórico estaria alicerçado nas conexões e na causalidade real, que só são compreensíveis mediante a causalidade ideal-típica contrafactual.²⁹

²⁷ *Ibidem*, p. 170-172. Veyne parece que usa, em lugar dos 'dois fundamentos', as expressões "razão de ser" e "razão de conhecer". VEYNE, *Como se escreve a história*, op. cit., p. 63.

²⁸ WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit., p. 170.

²⁹ *Ibidem*, p. 172. A diferença entre o interesse sociológico e o histórico também está em *Ideia, Acontecimento y sociedad*, op. cit., p. 16 e ss. Sobre a contrafactualidade, veja-se a observação de Weber em outra passagem da

Essa diferença entre os dois autores faria com que se pudesse assimilar Paul Veyne às concepções pós-modernas. Paul Veyne tem uma ponta de razão ao apontar que o alemão não teria chegado ao fundo das próprias concepções decisionistas, mantendo-se ainda em uma concepção moderna de "História" (com maiúscula) eurocêntrica:

... após ter mostrado que nada permite (de direito) preferir uma escolha a outra, Weber concluiu que é necessário ater-se à ordem estabelecida.³⁰

Para Weber, o texto de história deveria explicitar não só o valor pelo qual se pauta o interesse, mas também explicitar os nexos causais reais. Estando o interesse histórico orientado pela busca do fundamento real e não do fundamento cognoscitivo, as conexões causais reais devem estar explícitas ao longo do texto, caso contrário encontrar-nos-íamos, segundo Weber, perante um "romance histórico, não uma comprovação científica".³¹ De certa forma, Veyne, ao definir a história como "narrativa de acontecimentos verdadeiros"³², fugiria da prescrição de cientificidade proposta por Weber e a tendência pós-moderna de suas concepções transpareceria no interesse histórico - e não sociológico - pelos Iroqueses (por exemplo), porque esse objeto não efetuará qualquer conexão genética entre passado, presente e

Metodologia das Ciências Sociais (op. cit., p. 208): "a fim de conhecer os nexos causais reais, construímos nexos reais".

³⁰ VEYNE, *Como se escreve a história*, op. cit., p. 66.

³¹ WEBER, *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit., p. 190. A citação encontra-se na p. 202.

³² VEYNE, *Como se escreve a história*, op. cit. *passim*. (Por exemplo, p. 21).

futuro; o objeto da pesquisa não seria explicitamente o interesse do historiador por sua própria historicidade, mas pelo seu "anti-mundo", permitindo que o sujeito do conhecimento se esconda atrás de narrativas que tomariam o passado como possuidor de um valor substancial (isto é, "em sua própria/ intrínseca substância").³³

Veyne tem plena razão, quando aponta os limites da proposta decisionista weberiana. Embora Weber insistia no decisionismo, seja por causa do "imenso caudal caótico", seja por ser este o único e anti-dogmático caminho viável para a criação e manutenção da liberdade acadêmica, ele próprio admite limites. Tais limites seriam de duas ordens. A primeira dessas ordens envolveria modelos de auto-disciplina (Weber diz: "auto-restrição"³⁴) intelectual pautados, por um lado, pela impropriedade do uso da cátedra para o proselitismo político - o que, evidentemente, não significava a ausência de preferências políticas que inclusive poderiam ser publicamente proclamadas, fossem liberais, conservadoras, socialistas ou anarquistas, pois elas poderiam ser proveitosas para a pesquisa³⁵ -; por outro lado essa disciplina também implica a tomada de consciência do lugar do cientista em sua sociedade: os interesses são pessoais, mas têm origem supra-individual. Com efeito, se assim não fosse, estaria inviabilizada qualquer

³³ RÜSSEN, *op. cit.*, p. 129-131.

³⁴ WEBER, Max, *Metodologia das Ciências Sociais*, *op. cit.*, p. 365 ("O sentido da 'neutralidade axiológica' nas ciências sociais e econômicas", 1917).

³⁵ "Por certo um anarquista pode ser um bom estudioso das leis. E se ele o é, então de fato o ponto central de suas convicções (...) poderia capacitá-lo a perceber problemas nos postulados fundamentais da teoria jurídica que escapam a quem os têm como dados." *Ibidem.*, p. 366-367.

abordagem historiográfica que quisesse ir além da resenha descritiva. A outra ordem de limites é uma premissa apenas implícita na obra de Weber, que diz respeito ao fato de que as perspectivas de análise dependem, em alguma medida, do objeto escolhido. Como observou Jürgen Kocka³⁶, o caos dos fatos - vigorosamente defendido por Weber como premissa do trabalho científico, caos que apenas parcial e provisoriamente pode ser descrito - não pode ser assimilado à ausência de estrutura ôntica da realidade, mas à impropriedade da aplicação de metodologias científicas a objetos que se pressupõem como "totalidades".

No entanto, devo observar que, se Weber não chegou às últimas consequências do decisionismo, também Veyne não o fez e parece ter recusado o caminho trilhado por Weber nesse sentido. Refiro-me ao uso dos tipos ideais em história. Veyne detém-se um capítulo inteiro a falar em conceitos, remetendo Weber a um apêndice onde, por fim, não toma qualquer posição com respeito aos tipos ideais³⁷, ou onde, dizendo de outra forma, a posição tomada revela uma incompreensão do processo de constituição dos tipos ideais e sua utilização em história. Na verdade, o tipo ideal weberiano deve ser "duro", isto é unívoco e sem paralelo empírico, porque ele não serve para desvelar "o sentido da história" (termo só existente como objeto de crítica, em Weber), mas para permitir que parte do "imenso caudal caótico" seja descrito racionalmente. Nesse sentido, também para

³⁶ Objeto, conceito interesse. *op. cit.*, p. 56 e ss.

³⁷ VEYNE, *Como se escreve a história*, *op. cit.*, p. 139-166.

Weber toda história seria história comparada, pois o tipo ideal serviria como contra-imagem capaz de orientar a descrição. Quando digo que Veyne não chegou a essa última consequência do nominalismo, o faço porque, se os conceitos estão em um plano diferenciado do empírico (de maneira semelhante a Weber) não há justificativa para asseverar que "Os conceitos sublunares (...) são fluidos porque o seu próprio objeto se move sem cessar. . .".³⁸ O que Weber advoga com seus tipos ideais é que não há conexões causais reais entre conceitos ideal-típicos e objetos, ao contrário do que estaria supondo Veyne, ao propor algum tipo de adequação substantiva entre conceitos e objetos. É a análise que deve ser adequada aos objetos fluidos, não os conceitos, caso contrário, o objeto dessa análise não seria o universo empírico, mas o aporte teórico. É também por isso problemática a definição de Veyne de que a história seria "narrativa de acontecimentos verdadeiros", não pelo termo "narrativa", mas porque, por meio dessa definição, estar-se-ia supondo uma concepção substancialista de "verdade", isto é, que a "verdade" estaria nos acontecimentos como substância e não na forma lógica das imputações causais, em suma, no discurso sobre os acontecimentos.

Seria muito fácil terminar a presente exposição com uma constatação que opte por um ou outro dos autores, ou nenhum dos dois devido ao fato de ambos não levarem suas concepções às últimas consequências. Considero melhor, no entanto, propor a releitura instrumental de ambos. Paul Veyne, na verdade, estaria "mentindo" ao

³⁸ *Ibidem*, p. 160.

intitular seu livro *Como se escreve a história*, porque, na verdade, haveria um sem número de prescrições normativas - inclusive no que diz respeito à conceituação - que se adequariam melhor ao título *Como se deveria escrever a história*. Weber, em tom mais afirmativo, procura nos dizer como se deve fazer uma história científica, mas já foi observado que, na verdade, o que o autor propôs foi um tipo ideal, e não um modelo seguido à risca, de ciência e de metodologia científica³⁹ e, dessa maneira, também estaria nos "mentindo".

Mas o malogrado de ambos é "fecundo"⁴⁰, porque, em primeiro lugar, deixa-nos claro que nenhuma autoridade intelectual nos pode desde já resolver quaisquer problemas de pesquisa simplesmente pelo estabelecer de correspondências entre "intrigas" subjetivamente escolhidas e um "sentido transcendente da história". Em segundo lugar, deixa claro que o trabalho de pesquisa empírica não seria apenas uma ilustração do conhecimento nosológico, mas uma tarefa intrínseca daquilo que chamamos "história": seria o proceder do "inventário" dos fatos.⁴¹ E isso não constituiria qualquer "volta" a um antigo proceder dos historiadores. Seria o resultado de uma dessacralização - vale dizer, racionalização - do ofício, no sentido de que o vivido não seria tão somente um mundo de aparências e que nossa função seria a de constatar o que está "por trás" de qualquer outra coisa, ou "no interior" de qualquer coisa. O mundo dessacralizado não se constituiria, por si

³⁹ ASCHRAFT, Richard. Marx and Weber on Liberalism as Bourgeois Ideology. *Comparative Studies on Society and History*, n. 1. Citado por COHN, *Crítica e resignação*, op. cit. p. 131.

⁴⁰ COHN, *Crítica e resignação*, op. cit. p. 141.

⁴¹ VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*, op. cit.

só, como um mistério só acessível aos homens de ciência. A lógica do mundo não estaria "oculta" por códigos de extração homológica: essa lógica seria, no máximo, ainda incompreendida e caberia a nós, por meio de conceitos nunca adequados ao "imenso caudal caótico", compreender, mesmo que parcial e provisoriamente, esse mundo.

Outra implicação desse diálogo diz respeito às críticas encontradas à recente historiografia brasileira. Em primeiro lugar parece-me equívocado colocá-la em um grande saco teórico chamado "nova historiografia" (com a crítica correlata de que seria "pós-moderna"), apenas porque nela incluem-se determinados conceitos e objetos (imaginário, imaginais, etc.). O valor deste ou daquele conceito - seja para um moderno, como Weber, seja para um pós-moderno como Veyne - nada tem de intrínseco, porque está vinculado à capacidade do conceito em interrogar as fontes: seu mérito reside em sua capacidade de ser um meio para a consecução de uma pesquisa empírica. Por isso, não há como criticar determinados exemplos da recente historiografia, sem antes elogiar a capacidade dos historiadores em encontrar e interrogar fontes, bem como desvelar universos empíricos ainda intocados, pois, como já dizia Weber acima, os avanços teóricos consistentes não precedem o momento de acúmulo - eu falaria mesmo de uma certa "massa crítica" - de pesquisas. Isso não é desculpa para não se produzir teoria da história, mas crítica aos que se contentam com teoria.

O diálogo aqui esboçado ratifica o fundamental da análise historiográfica, que diz respeito não somente aos objetos e conceitos utilizados, como se estes fossem suficientes para configurar tipologias

das propostas teóricas. O fundamental é nos interrogarmos sobre os interesses dos historiadores, porque há uma diferença muito grande - que não é, até o momento, necessariamente expressa por diferenças conceituais claras - entre uma pesquisa que busca romanticamente os "esquecidos", o anti-mundo do presente, e outra pesquisa que busca os sujeitos que pagaram os custos do processo de modernização, isso porque, ainda hoje, há alguém que paga esses custos. Conhecer historicamente a relação custo-benefício da modernização - atitude tipicamente racional - não fornece nenhuma receita de conduta, mas permite discutir o processo de modernização presente e passado de forma muito mais efetiva do que os clamores e lamentos que versam implicitamente sobre os "bons tempos". Nesse sentido, não há o que temer no decisionismo ou no nominalismo. Há, pelo contrário, o que discutir, seja no que diz respeito à liberdade de perspectivas nas pesquisas, seja no que diz respeito a seus possíveis limites.